

Gramsci no DOC. Para entender o presente.

ADverso

Revista da Associação dos Docentes da UFRGS
Nº 4 setembro/outubro/novembro de 1991



CRISE & MOVIMENTO

ÍNDICE

4 Entrevista

Sergio Nicolaiewsky fala sobre seus quatro anos como presidente da ADUFRGS e a universidade hoje.

8 Discurso da Modernidade

A lentidão das carroças em direção ao futuro.

13 Instituições

Os dilemas pelos quais a universidade pública está passando. É decifrar ou ser devorado.

15 Ensino

Pós-Graduação na UFRGS. Esforço clandestino.

18 Otto Ohlweiler

O grande professor de todos nós como sinônimo de liberdade.

21 Crônica

22 Humor

23 Adversinhos

Encarte Especial: Gramsci

Foi inaugurado na República do Paranoá o primeiro dos cinco mil CIACs, que recolherão todos os meninos de rua, dando-lhes casa e comida, durante oito horas por dia. Quanto à educação, não há nenhum plano em Paranoá. Perguntamo-nos como serão contratados os professores que ali irão ensinar as crianças. Elas um dia serão nossos alunos e substitutos. Isto porque o nosso salário, como declara hoje o Ministro Goldemberg na imprensa, equivale ao de Ministro de Estado, o que fará com que todas as crianças queiram ser ministros, digo, professores universitários. Isto é o futuro! O problema agora é: as crianças dos CIACs deverão sobreviver, pelo menos mais dezesseis horas até o dia seguinte. Como aparentemente o salário dos professores primários já está resolvido e o dos professores universitários também, poderíamos nos voltar para o plano educacional do governo. No entanto, uma curiosidade de início nos chama a atenção: os CIACs são da alçada do Ministério da Saúde. Inicialmente poderíamos pensar que estamos num país de loucos. Mas, pensando bem, o governo está certo. A saúde assim como a educação na República de Paranoá são casos clínicos. Ambas estão na UTI. Poderia haver lugar mais adequado para o ensino do que no Ministério da Saúde?

Outro ponto de extrema gravidade nesta história é que as Universidades Federais, após 106 dias de greve, continuam na penúria. Esta novela desenrola-se como num diálogo de surdos. Não há eco, não há respostas, não há planos, somente a sanha privatista (diálogo clínico, que resolverá todos os males da sociedade). Até as tradicionais agências financiadoras como CAPES, CNPq e FINEP, estão paralisadas. Os comitês de consultores vêm a público denunciar sua falência: o contingenciamento de verbas para as Universidades torna as administrações engessadas. Um certo Pró-Reitor comunicou, através de circular a todas as repartições e unidades, a impossibilidade de usar transporte em sua Universidade para deslocar móveis e equipamentos de um prédio para outro devido às dificuldades do momento. Na certa, vamos voltar à era dos safáris, onde filas de carregadores, entre os campi, executarão as tarefas, à semelhança de formigas carregadeiras. Nada mais econômico e moderno.

Para dar um colorido especial ao quadro, o Ministro Goldemberg afirmou que 60% do orçamento do MEC é consumido pelos altos salários (sic!) das Universidades, comprometendo as verbas de custeio e capital, bem como inviabilizando um maior desenvolvimento do ensino fundamental. Que estas afirmativas saíssem do ex-Ministro Chiarelli é compreensível, mas saídas de um professor universitário, ex-reitor da maior universidade brasileira, ex-secretário de C&T, afora outros cargos que exerceu nos últimos anos, todos ligados ao ensino e à ciência, é incrível (sic!).

Acreditamos que certos vírus da República de Paranoá são contagiosos, alguns até incuráveis, o que faz com que não se tenha nenhuma dúvida quanto ao que este ministro ainda poderá fazer conosco, após a expressão de tamanha genialidade e compreensão dos problemas que nos assolam.

A única conclusão que podemos tirar no momento é que, não possuindo nem plano, nem verbas para a educação, urge que se encontrem os “vilões” da história, responsabilizando-os pela inércia, a irresponsabilidade, a incompetência e a imoralidade que imperam nessa grande República de Paranoá.

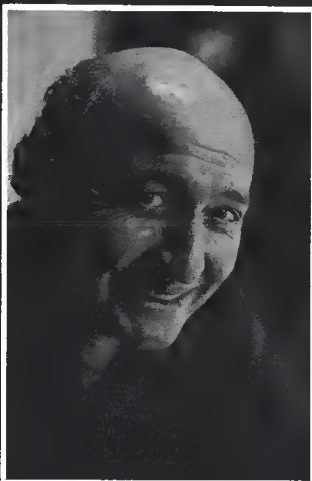
Se esta é a atual filosofia do ministro da Educação e do seu Ministério, lamentamos constatar que muitos mais “106 dias” poderão ser repetidos, pela defesa intransigente da Educação mas, principalmente, em defesa da dignidade de todo um povo.

Sem dúvida, crise é a palavra e, ao mesmo tempo, a sensação definidora do país, da educação, do cidadão, das emoções e da ética. Mas, cabe entendê-la, também, como geradora de movimento o que, dialeticamente, pode desarticular o imobilismo, a vivência cética do cotidiano. Partes deste movimento, por exemplo, estão explícitos, conjunturalmente, pela próxima e democrática eleição da nova diretoria da ADUFRGS e, permanentemente, pela contínua produção intelectual e atividades desenvolvidas pelos alunos e professores desta Universidade.

Entendemos, pretenciosamente, que este número da revista ADVERSO, também, pode ser incluído como uma pequena parte deste movimento. Sua forma, o tratamento estético do conteúdo e a valorização visual dos textos pretendem justificar a contínua necessidade de mudanças, de atualização para melhor comunicar. Assim, apresentamos, também, a primeira etapa de um projeto de comunicação que, estrategicamente, deverá aprimorar a tradução de Universidade naquilo que é inerente ao seu processo de produção de conhecimento e formação de cientistas e profissionais: inovação, criatividade e coragem.

Crise também é movimento.

E N T R E V I S T A



SERGIO NICOLAIEWSKY

Sérgio Nicolaiewsky nasceu em Porto Alegre, no dia 17 de fevereiro de 1946. Aquariano, sua cor preferida é o vermelho. Adora a vida na propriedade rural que a família tem em Eldorado do Sul. Igualmente gosta de futebol (é colorado), de estar em casa ou na casa de amigos, “de preferência comendo e bebendo alguma coisa”. Acha que tem uma capacidade muito grande de reduzir ao mínimo as coisas de que não gosta. Nas outras pessoas, acha que as piores características são a traição e a falta de sinceridade. Tem medo de não ver o país numa situação em que todos possam alimentar-se adequadamente, ter acesso à saúde e à educação: “Eu tinha esperança de que isso acontecesse quando eu fosse adulto, porque em pequeno me diziam que este era o país do futuro. Estou na metade de minha vida, o Brasil continua sendo a terra do futuro e a gente vê esse “amanhã” cada vez mais distante”. O 1º e o 2º graus foram feitos em escola pública, no Colégio Aplicação. Kursou a UFRGS e, logo depois de formado, ingressou no magistério. Fez mestrado na Faculdade de Agronomia, a mesma onde se graduou. Tentou o doutorado nos Estados Unidos, mas não conseguiu. Define-se como um cidadão de múltiplas atividades. Aí vai a lista: Coordenador da Comissão de Carreira do Curso de Agronomia, secretário e tesoureiro da Associação Latino-Americana de Produção Animal; como Coordenador da Comissão de Carreira da Agronomia, faz parte da I Câmara, da qual é presidente. Por este cargo, ganhou acento no COCEP e no Conselho Universitário. É presidente da Comissão Técnica de Agronomia da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior e membro do conselho técnico dessa Associação. Aqui, ele fala com Aron Taitelbaum, diretor do Instituto de Matemática, Balduino Andreolla, diretor da Faculdade de Educação, Maria Helena Weber, professora do curso de Comunicação (Fabico/UFRGS) e Raquel Ritter Longhi, jornalista da Adufrgs, sobre as suas duas gestões consecutivas como presidente da Adufrgs, sua entrada no Conselho Universitário, sua visão de ensino e possibilidades de cura para os diversos males que atacam a educação brasileira.

Adverso - Por que estás na presidência da Adufrgs há duas gestões?

Sérgio Nicolaiewsky - Quando fomos reeleitos, dizíamos que isso poderia ter acontecido por duas razões: ou tínhamos feito uma gestão competente e que ainda tinha coisas para completar, ou o Movimento Docente não acreditava em nada, e não havia ninguém interessado em assumir o ônus de dirigir sua associação. Como nós da situação nos propúnhamos a continuar nosso trabalho, nós mantivemos. Nós acreditamos na primeira hipótese, claro.

Adverso - Nas reuniões preparatórias à eleição que venceste, em 87, havia uma tendência de se procurar organizar o Movimento Docente em torno de uma chapa única. Não se conseguiu. Na segunda eleição, em 89, houve somente uma chapa. O que se procurou na primeira eleição foi conseguido na segunda?

S.N. - Em todas as negociações para a formação de chapa única, em 1987, se discutia a composição da chapa. Havia um certo consenso de que eu deveria ser o presidente. Aparente-

mente as divergências ocorreram na formação do restante da chapa, até porque talvez houvesse dúvidas a respeito da minha capacidade ou do que eu pudesse representar. Dois anos de mandato devem ter dirimido suficientemente essas dúvidas e, em consequência, foi mais ou menos natural o processo de reeleição. Ao longo destes quatro anos algumas divergências sérias do Movimento Docente, de características político-partidárias, foram perdendo o seu valor. Isso leva a crer que nossa próxima eleição deva ser tranqüila, com chapa única, consensual. O Movimento Docente parece hoje extremamente unido.

Adverso - Nesse trabalho desenvolvido nas duas gestões, o que vêes como ponto alto das realizações da Adufrgs e o que faltou fazer?

S.N. - Uma direção de associação, quando faz uma campanha, tem um projeto. Nosso projeto, entre outras coisas, tinha muito da nossa percepção individual a respeito do Movimento Docente. Para mim, era absolutamente constrangedor a Associação não ter em seus quadros a totalidade dos professores da Universidade. Esta foi uma preocupação que me motivou durante muito tempo na primeira gestão - a busca para entender o que havia e o que levava as pessoas a não entrarem para a sua Associação. Desenvolvemos durante os primeiros dois anos de mandato muitas atividades voltadas para a ampliação do quadro. Esse trabalho rendeu frutos. Quando nós assumimos, a Associação tinha 50% dos professores da Universidade. Possivelmente, neste final de gestão temos 80% dos professores associados. Tenho certeza de que esta adesão não é apenas reconhecimento do nosso trabalho, pois também as pessoas passaram a conhecer a entidade. Isso, em parte, se deve a um esforço muito grande da área de divulgação. Nossa primeira gestão conseguiu publicar doze números de um jornal - Adverso - que chamava a atenção do Movimento Docente dentro e fora da Universidade. Este jornal, pela sua qualidade, desembocou numa revista do mesmo nome, que agora já está no número quatro e é elogiada nacionalmente. Outro ponto que eu considero a falha mortal desta gestão, desde que assumimos, é a questão da sindicalização. Durante nossa primeira gestão, a ANDES se transformou em Sindicato Nacional, e a Associação, por força de estatuto, deveria se transformar em seção sindical. Até hoje não conseguimos alterar o estatuto de forma a nos tornar uma seção da ANDES - Sindicato Nacional. Isto nos tem trazido alguns problemas.

Adverso - Quais são estes problemas?

S.N. - É a dificuldade de representação jurídica da Adufrgs nas questões trabalhistas.

Adverso - Isso tem complicado o ingresso coletivo dos professores da UFRGS na Justiça do Trabalho?

S.N. - Tem complicado no sentido de sempre necessitarmos, por exemplo, de uma procuração do presidente da ANDES, dada à vice-presidente da Adufrgs, que é da diretoria da ANDES, para conseguirmos assinar pela ANDES - Sindicato Nacional. A ANDES representa os docentes das universidades federais, e não apenas as suas seções sindicais. Nos estados em que as associações de docentes conseguiram se tornar seção sindical, esse processo flui muito mais rapidamente.



Movimento Docente ficou mais unido nas últimas gestões

Adverso - Como vêes a dificuldade que existe em engajar um maior número de docentes nas discussões de grandes temas da Universidade e temas nacionais?

S.N. - É muito difícil a participação dos docentes da Ufrgs nas atividades da universidade que não seja, pura e simplesmente, o dia-a-dia da aula, o fazer pesquisa, o orientar alunos. Essa é a experiência da Adufrgs em quase todas as suas gestões. É uma experiência também da própria universidade, quando cria algum foro de discussão mais amplo. Atribuo isso aos efeitos da ditadura instaurada no Brasil. Claramente, uma das questões mais proibidas era a livre organização, a ampla discussão a respeito de determinados pontos, às vezes simples, às vezes complexos. Isso, aparentemente, treinou os nossos professores para não discutir, para não pensar a respeito de coisas um pouco além da sua disciplina ou linha de pesquisa.

Adverso - A ADUFRGS tem lutado para ocupar espaço e discutir os grandes temas. A administração da Universidade não teria, também, o dever de se dedicar à discussão da instituição e de temas nacionais?

S.N. - Este é um ponto importante. Os esforços da Associação de organizar debates, discussões, etc., são tentativas de ocupar um espaço que não é ocupado pela administração da universidade. A universidade deveria ser um local de permanente discussão. Durante a gestão Ferraz, por exemplo, a convocação de reuniões do Conselho Universitário ou do COCEP eram coisas raras, porque havia um medo terrível por parte da Administração de juntar pessoas numa sala e lhes dar o direito de falar. Não acredito que isso tenha sido diferente nas gestões que a antecederam. Na do professor Gerhard não foi muito diferente, como também não o é na do professor Dick. A Associação luta para compensar esta deficiência da Administração. Durante os anos de mandato do Scherrer, ele deve ter promovido umas 50 palestras,

A universidade deve discutir seu compromisso social

mesas-redondas, debates, simpósio, etc. Por quê? Porque não havia, pela universidade, quem tentasse fazer isso de forma organizada e sistemática. Quando dizemos que a avaliação é perigosa para a Administração ou para o governo, ela é perigosa para quem detém o poder, quer dizer, para quem administra a universidade. Em consequência, não interessa discutir avaliação ou estatuto, porque nos estatutos está, por exemplo, a forma de organizar a universidade, de eleger os dirigentes e coisas deste gênero, que são tabus para determinadas pessoas. Segundo eles, na hora em que se começa a discutir estas coisas, a tendência é de se cometer "erros" sempre no sentido de maior democracia, maior participação, maior discussão. Sem dúvida nenhuma, a Associação não vai cumprir só as suas funções sindicais e vai continuar abraçando funções maiores. A nossa revista e o jornal que a antecedeu, na verdade, são o ponto onde os nossos professores se encontram, onde aqueles professores muitas vezes conhecidos internacionalmente podem se fazer conhecer dentro da sua universidade, quando apresentam algum trabalho, escrevem algum artigo que os seus companheiros vão poder ler. Nós deveríamos ter mais do que esse espaço cultural, literário, dentro da universidade, onde as idéias pudessem ser debatidas e os pontos divergentes pudessem ser confrontados.

Adverso - Com muita dificuldade foste convidado a tomar parte na reunião especial do Conselho Universitário em que foram votadas medidas quanto à reforma dos estatutos. Hoje és membro do Conselho Universitário. Ao mesmo tempo, presides a Adufrgs. Como sentes tudo isso?

S.N. - Para mim, foi uma experiência terrível, a daquela reunião do Conselho. Fiquei uma hora - para ser preciso - sentado na escada em frente à sala de sessões, esperando, enquanto se decidia lá dentro se eu podia ou não entrar para assistir ao debate que se travaria sobre a questão do estatuto. Muitas pessoas que saíam da sala para me dar notícias eram chegadas à Associação dos Docentes. Mas duas vezes saiu o próprio Reitor para dizer a quantas andava a discussão. Finalmente votaram e aprovaram a minha entrada. Iniciou-se então a segunda discussão, para saber se eu poderia ou não falar. Acho que foi uma reunião histórica, em que de alguma forma a lucidez venceu e se pôde mostrar que o presidente da Adufrgs não é, digamos assim, um King Kong que trucidaria os membros do Conselho Universitário.

Ainda que não tivesse podido falar, fiquei lá, só tomando notas. Hoje sou membro do Conselho. Tenho-me especializado, nos últimos anos, em acumular funções. Claro que as funções que acumulei durante o ano de 90 foram absolutamente compatíveis, porque eu era só coordenador da Comissão de Carreira do curso de Agronomia e presidente da Associação de Docentes. No final do ano, quando se pensou na eleição da presidência de cada Câmara, cargo extremamente importante do ponto de vista político, houve uma tendência natural de alguns colegas em indicar o meu nome... Isso aconteceu, em parte, pelo que eu fazia na Câmara como coordenador da Comissão de Carreira da Agronomia, mas, em parte, pelo que eu representava como presidente da Associação dos Docentes. Sem dúvida, era a chance que alguns colegas viram de ter o presidente da Associação dentro dos órgãos colegiados máximos da universidade, representando não só a Câmara, mas também os professores de um modo geral. A minha preocupação naquele momento foi tentar ver se isso era compatível. Discutimos com alguns colegas do Movimento Docente mais experientes para saber se era bom ou ruim para o Movimento o fato do presidente aceitar também a presidência da Câmara e, conseqüentemente, passar a ter assento formal no COCEP e no Conselho Universitário. Chegou-se à conclusão de que eu estava ganhando aquele cargo em função da minha qualidade e da minha competência, e que não havia nenhum problema em aceitá-lo, não abdicando da condição de presidente da Associação. No dia em que tomei posse, disse com clareza que estava ali porque era o presidente da ADUFRGS e como tal, a partir daquele momento, tanto no Conselho Universitário como no COCEP, passava a representar tanto os meus colegas da I Câmara como os docentes da universidade de um modo geral, ainda que formalmente fosse representante só da I Câmara. E a verdade é que toda vez que se trata da ADUFRGS ou se trata do Movimento Docente no Conselho Universitário, as pessoas olham para mim. Na sessão em que se discutiu a posição do Conselho Universitário sobre a proposta Chiarelli, todas as pessoas tinham na mão o Documento, publicado pela Associação, com a análise da proposta. Aquela reunião do Conselho Universitário limitou-se ao que as pessoas já tinham lido na avaliação do grupo de trabalho da ADUFRGS, com ela concordavam e, conseqüentemente, era por ali que íamos resolver as questões.

Adverso - Qual é a tua concepção de universidade?

S.N. - Como nós estamos buscando uma universidade que debata, talvez não fique bem dizer qual o meu projeto de universidade. Só a comunidade universitária, discutindo como é e o que gostaria de ser, poderia dar uma melhor diretriz em relação ao projeto de universidade. A grande questão da universidade é a vinculação com a sociedade que a cerca.

Gostaria de vê-la discutindo exatamente o seu compromisso social, com a comunidade, abordando as questões maiores. Quantos dos nossos projetos de pesquisa na área de engenharia estão direcionados para materiais de baixo custo, para as casas mais fáceis, rápidas e baratas de se construir? Quantos dos projetos na

área de arquitetura estão indo para uma urbanização e uma vida mais decente? Parece muito claro que não há hoje este compromisso da universidade com a sociedade. Há grupos que têm cumprido tarefas excepcionais nessa área, mas são atividades de extensão universitária, algumas vezes são projetos de pesquisa que, de alguma forma, relacionam a universidade com a comunidade. Quantas vezes eles sofrem o problema da continuidade e não conseguem chegar a resultados de médio e longo prazos? Tenho certeza de que alguns projetos na área de saúde e na área de educação estão cumprindo sua função, mas sem dúvida isso é muito pouco para uma universidade do porte da nossa, uma das três maiores deste país.

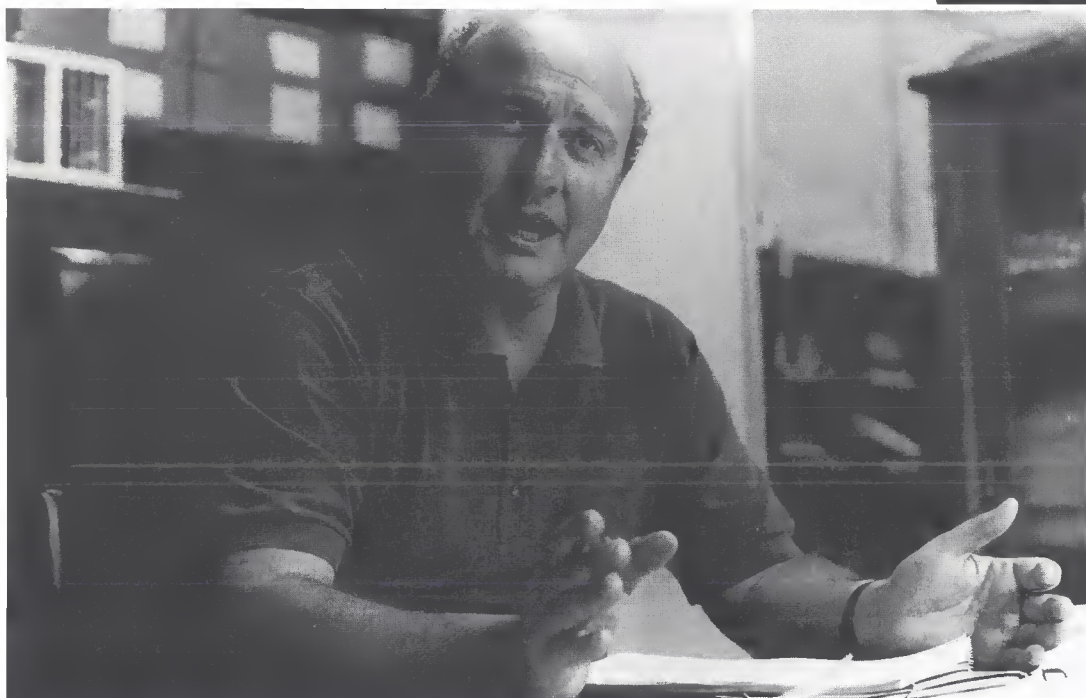
Adverso - Como vê a questão do ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa na universidade?

S.N. - Infelizmente, há uma desvinculação muito séria dentro da universidade no que se refere a ensino e pesquisa. Aqui, essa desvinculação adquiriu um caráter tão claro que é formal e oficial, ou seja, nós temos uma Pró-Reitoria de Graduação, uma outra de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa. Isso significa que temos professores vinculados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e outros que nem sabem que ela existe, estão vinculados à Pró-Reitoria de Graduação. Em alguns Departamentos, os grupos de professores da área de graduação ou da área de pesquisa e pós-graduação têm disputas internas excepcionais. Isso é muito ruim. Tenho condições de avaliar como seria boa esta universidade se isso não acontecesse, porque tenho o privilégio de fazer parte de uma faculdade que nunca teve esta diferença fundamental entre graduação e pós-graduação. A Faculdade de Agronomia sempre teve departamentos se dedicando à graduação, à pós-graduação, à pesquisa e à extensão, e na maioria das vezes as pessoas que fazem tudo isso são as mesmas. A qualidade do ensino de graduação na Faculdade de Agronomia melhorou muito nos últimos quinze anos, numa relação direta com a sua evolução na área de pós-graduação e de pesquisa. Como os professores que fazem pesquisa são os mesmos que se especializam no exterior e que orientam os alunos de pós-graduação, há uma transmissão deste aumento de conhecimento, envolvendo a graduação.

Adverso - O que achas da falta de mobilização dos estudantes?

S.N. - Há um problema de falta de motivação dos estudantes, falta de participação na vi-

Professores e estudantes precisam meios de discussão permanentes



Nos últimos 27 anos, o Ministério de Educação só tem uma forma de pensar - ele adota o modelo da privatização das uni-

da da universidade. Acho que isso se deve fundamentalmente aos professores. Naquelas faculdades em que se atribui uma responsabilidade maior aos estudantes, se garante a sua participação nas discussões e em algumas decisões. Nestes cursos a mobilização dos estudantes é intensa. Os exemplos mais claros para mim são o da Faculdade de Agronomia e o da Veterinária. Nestes dois cursos se fez uma alteração substancial dos currículos nos últimos cinco anos. Foi definida a figura da unidade de apoio pedagógico, que faz uma relação entre professor e aluno, garantindo meios de discussão permanente entre a Comissão de Carreira, o corpo docente e estudantes. Os alunos se sentem prestigiados e participam das decisões da faculdade ou, pelo menos, tentam. De qualquer forma, nós concluímos que a falta de participação dos estudantes na vida universitária é muito mais culpa dos professores e da estrutura da universidade do que falta de vontade dos alunos.

Adverso - Alguns professores acham que se os estudantes não estivessem tão apáticos diante da situação da universidade, a greve deste ano não teria custado tanto a terminar. Concordas com isso?

S.N. - De modo geral, a parcela mais ativa dos estudantes entende sempre a greve dos professores como absolutamente justa e procedente. Nós, professores, precisaríamos mais do que o apoio. Precisaríamos que os estudantes, que são os grandes prejudicados pelas greves, protestassem veementemente junto aos órgãos do governo, exigindo deles uma melhor universidade e, como consequência, professores adequadamente pagos.

Adverso - Como vê o Ministro da Educação, José Goldemberg?

S.N. - Há muito não tínhamos um ministro com a competência dele. Além disto, ele é muito bem visto pela área científica. Mas é um

ministro do governo Collor. Claro que talvez haja divergência de alguma opinião. Por exemplo, enquanto o Collor achava que a idéia da universidade paga seria muito bem aceita pelo Goldemberg, ele imediatamente reagiu, dizendo que não admitia a universidade pública paga. Isso é bom para nós. Fica mais fácil conversar não tendo essa ameaça tão grande. Se Goldemberg conseguir mudar a forma de pensar do Ministério da Educação, que é a mesma nos últimos 27 anos, que adota um modelo de privatização das universidades, isso será um grande ganho para nós. Goldemberg pode ser um inimigo mais sério, duro, competente, mas é um inimigo que luta basicamente no mesmo campo em que nós lutamos. Acho que tê-lo como ministro é um ganho para a universidade e até para a educação brasileira. O problema é ele ser um ministro do Collor, que faz um governo em que não podemos ter nenhuma esperança.

Adverso - Como avalia a gestão do atual Reitor?

S.N. - Ela não me parece diferente das que a antecederam, com o mesmo modelo do não à discussão, à conversa, ao amplo debate. O reitor atual, professor Dick, acho que até inovou, talvez seguindo uma orientação do professor Gerhard, ao fazer reuniões dos diretores antes das reuniões do Conselho Universitário, estas formais, oficiais, com a participação de pessoas não necessariamente bem-vindas. As reuniões do reitor com os diretores é informal, nelas se tenta acertar alguns pontos que podem ou não ser levados ao Conselho. Isso também é feito com os presidentes de Câmaras. Indica claramente o medo da discussão pública, de se expor. Não me parece bom que alguém que administre uma Universidade tenha medo de apresentar propostas e vê-las amplamente discutidas.

versidades. Se o Goldemberg conseguir mudar esse conceito, será um grande ganho para nós. O atual ministro pode ser um inimigo sério, duro, competente, mas é um inimigo que luta basicamente no mesmo campo que nós lutamos. O problema é que ele é um ministro do governo Collor, no qual não podemos depositar nenhuma esperança.

O discurso da modernidade Rumo ao futuro pilotando carroças

José Carlos Frantz e Luís Alberto D'Ávila Fernandes *
Fotos: Paulino Menezes

A humanidade vive um momento crucial de sua história diante da possibilidade de que mais de um bilhão de pessoas, segundo dados do Banco Mundial, possam estar sendo remetidas a condições de vida de uma nova Idade Média. O alarmante quadro representado por esta multidão de miseráveis que sobrevive com menos de US\$1,00/dia é agravado pela falência das economias centralizadas do leste europeu. Este colapso, que não deve ser confundido com o fim da utopia socialista, acaba definitivamente com a comparação maniqueísta entre mocinhos e bandidos, mas redivide o mundo entre países economicamente ricos e pobres.

À desestruturação geral segue-se uma nova ordem, não mais ideológica ou filosófica, mas claramente econômica com a aglutinação de países em blocos geoeconômicos continentais, como a Europa e União Soviética (ou o que dela restar), o sudeste asiático, com o Japão e os chamados “Tigres Asiáticos”, e as Américas, com os EUA. Esta última associação, denominada de “Iniciativa para as Américas”, esperamos que não seja uma edição revisada da “América para os Americanos”.

Neste panorama mundial, não é preciso ser profeta para prever que a sobrevivência e o sucesso de uma sociedade, mais do que nunca, irão depender da sua eficiência e produtividade, posto que a nova ordem é incomparavelmente mais competitiva.

Enquanto isto, o “país do futuro” segue “deitado em berço esplêndido” vivendo no passado. A propalada modernidade parece ter muito mais base estética do que ética, com as reformas estruturais verdadeiramente necessárias sendo adiadas. A liberação da importação de bens de consumo, a colocação em dis-

ponibilidade de 150 mil funcionários (enquanto setores essenciais da saúde pública estão inoperantes por falta de pessoal), a abertura total do mercado financeiro e a privatização de patrimônio público sem consulta à sociedade, parecem ser medidas pouco efetivas e ineficientes para inserir o Brasil no primeiro mundo. Não se trata de questionar a necessidade premente de recuperar a cidadania de 54% da população brasileira, mas sim a forma de fazê-lo.

Hoje parece haver uma certa unanimidade nacional de que o único caminho possível para o desenvolvimento seja através do investimento maciço em educação e ciência. Contrariando seu próprio discurso, o atual governo vem executando a mais dura política de desmantelamento do aparelho estatal de educação, ciência e tecnologia, numa atitude que poderia ser considerada, no mínimo, esquizofrênica.

Mas esta não é a única questão. As comparações que vêm sendo feitas com países da Ásia não consideram que foi o amplo uso da tecnologia moderna, e não da mão-de-obra barata e abundante, que possibilitou o acelerado desenvolvimento dos mesmos. Neste sentido, torna-se indispensável a identificação dos meios utilizados pelos tão invejados “Tigres Asiáticos” para atingir tal desempenho.

A simples verificação da história recente daqueles países permite demonstrar que nas duas últimas décadas, em razão das limitações de seu sistema educacional superior, foram realizados investimentos prioritários na formação de recursos humanos. Durante este período

* *Geólogos, professores do Instituto de Geociências/UFRGS*



“Em lugar da recuperação do sistema público de educação e pesquisa, o governo reduziu os investimentos a níveis inferiores aos registrados durante a crise mundial do início dos anos 80”

do, a manutenção de dezenas de milhares dos seus melhores estudantes em cursos de graduação e pós-graduação de universidades européias e americanas foi o principal investimento. Somente na Grã-Bretanha, no início dos anos 80, foram mantidos mais de 20 mil alunos de graduação a um custo estimado de US\$100 mil/aluno. Não por acaso, o Japão, atualmente, é o maior investidor mundial em educação, ciência e tecnologia, tendo ultrapassado os EUA ainda na década passada, em percentagem do PIB/habitante aplicada no setor.

O resultado deste investimento é bastante evidente. Segundo o relatório do BIRD, de 1965 a 1988, a participação dos países asiáticos no PIB mundial cresceu de 5% para 20% e sua parcela nas exportações globais evoluiu de 10% para 23% no mesmo período. O Japão, segundo estimativas da revista *Business Week*, deverá ultrapassar os EUA em seu PIB / habitante, ainda nesta década.

Os países desenvolvidos, ou que almejam este estágio, tratam educação e ciência como assunto de segurança nacional, como investimento básico de retorno seguro e multiplicado. Esta é a razão pela qual Japão e EUA destinam, respectivamente, 2,9% e 2,5% de seu PIB para ciência. No Brasil este índice está no míngua patamar de 0,6%. A conclusão é óbvia, estamos mais para Bangladesh do que para primeiro mundo, pois a distância que nos separa do desenvolvimento aumenta segundo uma progressão geométrica, mantidas as atuais tendências.

As promessas de estímulo a universidades e institutos de pesquisa, com a duplicação dos recursos disponíveis, conforme anunciado pelo secretário de Ciência e Tecnologia (*Folha de S.P.* de 17/09/90), continuam sendo apenas notícias de jornal.

“Há algo de podre no reino...”. Tomamos um atalho não seguro, ou o projeto de modernização não é tão nacional. As desastrosas medidas adotadas pelo governo vêm confirmando um quadro sinistro para o futuro do Brasil. Em lugar de promover a recuperação do sistema público de educação e pesquisa, e amparado em persistente campanha de desmoralização do setor, o governo Collor reduziu os investimentos a níveis inferiores aos registrados durante a crise mundial do início dos anos 80. Ao contrário de incentivar políticas de médio e longo prazos, com a definição de prioridades nacionais de investimentos, forja políticas econômicas recessivas e clientelistas, num país que necessita absorver 2 milhões de novos trabalhadores ao ano. Insiste, portanto, na via da mão-de-obra abundante e barata. Propõe soluções assistencialistas, como a construção de 5 mil CIAC's, sem dispor de recursos alocados, numa prática populista e demagógica. Tais prédios, os que forem construídos como cartões postais da incompetência, deverão ser no futuro abandonados por falta de continuidade de recursos para manutenção. Quantos monumentos ao descaso para com o dinheiro público ainda deveremos construir? ►

"A política do avestruz e do improviso não identifica a urgência de reformas"

Ao tentar substituir um estado investidor por outro assistencialista, com a criação das escolas de tempo integral, o governo não considera que boa parte dos menores de rua continuarão na rua pois são integrantes de um mercado de trabalho marginal pela necessidade de composição da renda familiar. Basta que para isto sejam verificados os dados da Fundação IBGE sobre a vergonhosa distribuição de renda no Brasil, situada entre as piores do mundo.

A política do avestruz e a do improviso não identificam a urgência da implantação de reformas de base como um programa de controle da natalidade alheio a tabus e, principalmente, de uma política salarial digna, que recoloca a multidão de miseráveis ao menos na categoria de pobres. Ao contrário, confunde esmola e clientelismo com investimento básico, acentua desigualdades, é concentradora de renda e de poder e cristaliza uma grande parcela da população na categoria de indigentes irrecuperáveis, sem capacidade intelectual para participar de um processo educacional que se pretenda sério.

A visão assistencialista, no entanto, não é exclusividade do governo. Origina-se igualmente de setores empresariais através de propostas de "cruzadas educacionais e patrióticas", como se a crise educacional brasileira pudesse ser resolvida apenas com boa vontade e alguns fins de semana de abnegada dedicação. Ao contrário, nunca foi tão necessário contar com inteligência e recursos financeiros como na atual crise. Os mesmos recursos que sobram como incentivos públicos a empresários não tão ingênuos... Basta redirecioná-los.

O Brasil só estará integrado na divisão internacional do trabalho com uma participação mais eficiente e competitiva da sociedade. Resta-nos, portanto, tentar esclarecê-la sobre a importância de um sólido siste-

ma educacional, das consequências de sua destruição e da irreversibilidade da herança que deixaremos ao futuro da nação. Não é mais possível compactuar com inverdades, falta de visão histórica e descaso.

Mais especificamente, a modernidade sugerida em um novo modelo educacional para o Brasil, abate-se sobre o setor como um arrasador ciclone, pois atinge estruturas combalidas por duas décadas de sucateamento intencional. Cabe aqui uma distinção entre o sistema educacional público, que atuou com eficiência até recentemente, quando teve início o criminoso desmantelamento, e esta progressiva mercantilização imposta na forma de "ensino privado em todos os níveis".

Não se trata de criar uma estéril polêmica entre ensino público e privado, pois há espaço para ambos em um país de analfabetos. Trata-se sim de evitar a consolidação da educação como uma propriedade, utilizada como monopólio de poder para seus donos e, como consequência, que seja mantida intencionalmente com muito baixa qualidade. O que se pretende mostrar é a falsa assertiva neoliberal de que a selvageria das leis de mercado podem ser até estimulantes. Quando aplicadas

à educação, como em alguns países, esta só sobrevive a custo de reservas acumuladas a duras penas. Além disto, mesmo em países altamente desenvolvidos e defensores do neoliberalismo, como os EUA, os investimentos públicos em educação, em relação ao PNB, são 45% superiores aos do Brasil. Fazendo-se um paralelo entre os PNB's de ambos, a diferença de valores investidos é muito grande.

Ao propor seu programa para o ensino, o governo confunde relações de causa e efeito. Ao sugerir que os recursos gastos com a educação universitária sejam aplicados em 1º e 2º graus, esquece propositalmente que a geração de conhecimentos



“A transformação do sistema educacional supõe a preservação do patrimônio humano e material”

e a qualificação dos profissionais que atuarão no ensino básico são atividades desenvolvidas nas universidades. Logo, a qualidade do ensino não está entre as prioridades da proposta. Tãmanha modernidade só encontra paralelo durante os anos trinta, quando inúmeros cursos isolados de 3º grau, criados para atender ao orgulho bacharelesco de uma pequena elite, foram agrupados sob uma estrutura administrativa central com o nome de universidade. A Universidade Pública, no entanto, mesmo criada sob estas condições equivocadas, foi ágil o suficiente em sua reciclagem e soube interferir positivamente em vários episódios da história recente do Brasil.

A transformação do Sistema Educacional Público do Brasil, supõe a preservação do seu patrimônio humano e material, obtido com o sacrifício da nação, como prioridade anterior ao próprio aporte dos recursos necessários à sua manutenção. O que assistimos, no entanto, é o desmantelamento total deste sistema, através do maior e mais brutal corte de investimentos da história recente do país, do mais violento achatamento salarial dos profissionais da educação e da mais sórdida e persistente campanha de descrédito já desencadeada contra instituições públicas, particularmente contra a Universidade Pública e Gratuita.

Assertivas curtas, ainda que aparentemente corretas, perdem conteúdo e não resistem a uma análise de contexto mais amplo. Dentre estas, as mais utilizadas são:

- “A Universidade Pública gasta muito e mal, priorizando pagamento de pessoal”. - Ora, isto não é verdadeiro, porque no orçamento liberado pelo governo os itens custeio e investimento são sumariamente cortados, sendo repassados recursos apenas para folha de pagamentos. O restante tem sido sistematicamente mantido por grupos de pesquisa que atuam diretamente junto a agências financiadoras de proje-

tos, tentando sustentar um mínimo de capacidade de investir desta Universidade. Enquanto isto, segundo dados coletados no Diário Oficial da União, o MEC nos meses de abril e maio de 1990 destinou Cr\$ 271 milhões a universidades. Deste valor, 56% foram para 30 instituições federais em 22 estados e 44% para 19 instituições privadas em 7 estados.

- “A Universidade Pública do Brasil mantém um dos alunos mais caros do mundo”. - Num cálculo capcioso, são incluídos custos de pesquisa, implantação e manutenção de laboratórios, projetos de extensão e de hospitais universitários, divididos pelo número de alunos atendidos nos diversos cursos de graduação. Pois bem, feita a conta chegamos a algo em torno de US\$10 mil/alunos ano, enquanto no custo apenas do ensino por aluno este valor cai para aproximadamente US\$3 mil. Em Harvard, uma universidade do primeiro mundo, este custo global é da ordem de US\$50 mil por aluno. O mundo dos números é surpreendente, pode acabar comprovando o oposto do que é dito.

- “As universidades particulares são mais eficientes e produtivas”. - Com raras destaques, é difícil classificar como universidade

um conjunto de cursos de 3º grau, em que o único investimento é representado por giz e quadro-negro, sem pesquisa e pós-graduação, com docentes formados e pós-graduados na Universidade Pública e com aulas ministradas em anfiteatros lotados por bocejantes alunos diante de um desesperado animador de programas de televisão, onde técnicas de didática são substituídas por práticas de auditório. Além disto, como classificar de ineficiente uma instituição como a Universidade Pública, responsável por mais de 90% da produção científica, tecnológica e cultural acadêmica gerada no Brasil, que mantém a maior parte e os mais disputados cursos de pós-gradua-



"A eficiência não é uma questão restrita ao setor da educação pública"

ção, que qualifica os mais respeitados hospitais públicos de que dispõe a população, e que desenvolve projetos de pesquisa, muitas vezes únicos, como os das áreas de química fina, tecnologia de alimentos, geologia, física e genética, apenas para citar alguns?

Neste contexto, é possível compreender porque a idéia de criar mecanismos que realmente avaliem as universidades brasileiras, públicas e privadas, foi abandonada no discurso e na prática. Uma avaliação séria poderia comprovar e tornar oficial, por exemplo, que a Universidade Pública, embora represente hoje apenas 30% do total dos estabelecimentos de 3º grau, oferece 48% dos cursos de graduação e 89% dos de pós-graduação. Em relação ao total de alunos, 39% da graduação e 79% da pós-graduação, estão matriculados na Universidade Pública e Gratuita. São a denominada "minoridade privilegiada".

A eficiência, por outro lado, não é questão restrita ao setor da educação pública. A discussão passa, necessariamente, pela constatação de que agricultura e indústria no Brasil apresentam padrões muito abaixo dos internacionais, com alguns setores sobrevivendo apenas graças aos subsídios e mecanismo de proteção, ou mostrando inconsistência, como boa parcela do sistema privado de ensino e pesquisa. A solução sugerida para este quadro geral de subdesenvolvimento só poderia ser a da privatização da Universidade Pública, reduzida à condição de "bode da sala". Finalmente há um culpado pela situação irrespirável.

Isto não se dá ao acaso. Faz parte do mesmo projeto que transforma os recursos destinados à pesquisa em "dinheiro discurso", que ignora uma LDB amplamente discutida pela sociedade civil e que mendiga a compra de tecnologia junto a governos de outros países, enquanto sonega recursos para ciência e tecnologia destinados à Universidade

Pública. Esta, mesmo diante dos inúmeros problemas que vem enfrentando, apresenta-se como única instituição com potencialidade para reverter o quadro atual de subdesenvolvimento e estagnação, através de seus recursos humanos e equipamentos. Sua integração ao desenvolvimento nacional, no entanto, será, necessariamente, ao lado da sociedade e não das razões econômicas imediatistas do Estado, muitas vezes confundidas com as de grupos. Este é o ponto, pois a Universidade Pública tem mecanismos que podem impedir seu alinhamento automático a grupos políticos com interesses particulares. Logo, tenta-se sua rendição incondicional através do achatamento salarial de seus melhores pesquisadores e professores, da evasão de seus quadros, da não substituição de equipamentos, da falta de recursos e, finalmente, da sua privatização.

A injeção de dinheiro público diretamente em empresas a título de incentivo a novos e mais eficientes métodos de produção, por parte da Secretaria de Ciência e Tecnologia, nada mais será do que um novo subsídio indireto. Nenhum país moderno, com padrões de eficiência e nível de vida de primeiro mundo, atingiu tal estágio sem investimentos maciços em educação, principalmente através das suas universidades.

Qualquer projeto de desenvolvimento sustentado para o Brasil deverá considerar estes aspectos. Caso contrário, estaremos aceitando a consolidação da existência de vários brasis. Um deles com consumo de primeiro mundo, mas sem sua eficiência, outros de segundo e terceiro mundos, capazes de ler os manuais da tecnologia importada e representar o pouco de produtivo que restar na nossa sociedade. O resto da população, integrada aos brasis dos mundos de ordens inferiores... Bom, estes não têm densidade, são considerados apenas massa de manobra.



A universidade pública e seus dilemas

Otília Beatriz Kroeff Carrion *

A despeito do processo, a bem dizer limitado, de abertura política ocorrido no país, em período recente, o problema da democratização da universidade, enquanto instituição e enquanto prática cotidiana, permanece atual e deve ser o eixo de toda discussão que se faça. Estruturas e procedimentos anacrônicos ajudam a perpetuar um modelo conservador e autoritário de universidade; sua superação depende, em última análise, de uma transformação mais profunda da própria realidade.

Questões relativas à autonomia das instituições de ensino superior, ao processo de escolha de seus dirigentes, aos critérios adotados na alocação de recursos, à gratuidade do ensino, à avaliação de desempenho (institucional e docente), entre outras, continuam a não receber o tratamento devido. Sequer os termos do debate estão adequadamente postos.

Ampliando-se o horizonte de análise, deve-se ter claro que não se pode, simplesmente, atribuir à crise atual todos os problemas que existem na universidade, pois apenas em parte eles constituem reflexo imediato dessa situação. Além disso, a academia também é, em certa medida, responsável pela dura realidade que a sociedade brasileira enfrenta e a reversão do quadro de empobrecimento e miséria é caminho necessário para uma adequada reestruturação da instituição universitária, senão para a sua sobrevivência tão somente.

Como centro de elaboração do pensamento crítico e inovador, a universidade constitui "locus" privilegiado para o debate de propostas que visem ao enfrentamento da crise e, numa perspectiva mais longa, para a explicitação de projetos alternativos de sociedade.

O que se espera, portanto, daqueles que integram as instituições universitárias é uma atuação mais comprometida com a realidade, tanto em termos da produção quanto da difusão do conhecimento. Ou seja, que discutam temas relevantes e que procurem facultar a aplicação do saber acadêmico na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária: este é o verdadeiro sentido de uma "universidade aberta".

É condição para uma autêntica produção científica e acadêmica a existência de amplas liberdades democráticas, de modo que a pluralidade de idéias e o pensamento divergente possam se

De um lado,

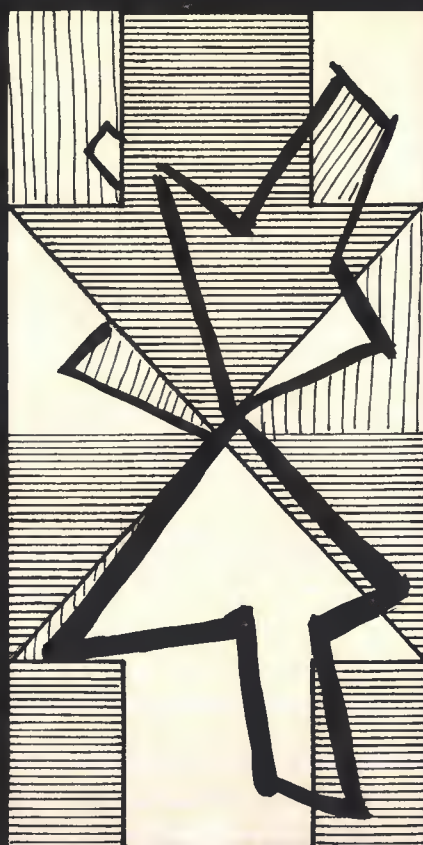
o neoliberalismo

que leva ao desmonte,

do outro, a submissão

aos interesses

do capital



manifestar. Mas é necessário, além disso, que o exercício da cidadania também se faça pleno no próprio meio universitário, através da participação efetiva de todos os seus segmentos - professores, estudantes e funcionários - nas decisões importantes (como escolha de dirigentes, elaboração de orçamento e uso de recursos), através do debate continuado e realmente livre de quaisquer amarras, do incentivo à atividade criadora e criativa, do livre acesso à universidade.

O livre acesso tem aqui duplo significado. É, de um lado, a possibilidade de obtenção, de apropriação do conhecimento gerado na universidade, com vistas à sua aplicação em proveito da coletividade. Isso implica reconhecer que o resultado da atividade de produção do conhecimento, mesmo quando é fruto de ato isolado, solitário, não pertence exclusivamente ao pesquisador; ao contrário, deve constituir-se em objeto de apropriação social porque é isto, em última análise, que dá sentido ao processo de investigação, verdadeira "obra" coletiva.

De outro lado, o livre acesso à instituição universitária significa a democratização do ingresso, estabelecendo-se via de regra, a controvérsia principal em torno da gratuidade do ensino superior. Essa discussão não envolve apenas o pagamento ou não de um serviço (público essencial, segundo alguns) e suas implicações em termos, por exemplo, de clientela atingida (perfil sócio-econômico dos alunos, elitização, etc.) e da capacidade de a universidade autofinanciar-se através de pagamento de anuidades. Subsidiando o debate, é interessante notar que na Universidade de Harvard (EUA) o montante arrecadado através da cobrança de anuidades representou apenas 32% da receita total obtida no exercício 1988-9, não cobrindo sequer as despesas com os salários de professores e funcionários, em torno de 42% do gasto total (Gazeta Mercantil, 10. 10. 1990, p. 32).

Há outro aspecto muito importante a ressaltar, qual seja, o da possibilidade, de bastante real, de ocorrer a mais completa vulgarização e a total descaracterização do ensino (e da pesquisa), em face do uso de critérios inapropriados de avaliação da "produtividade", nesse tipo de atividade, e diante da tendência de progressiva e generalizada mer-



cantilização do ensino, em todos os seus níveis.

Crítérios puramente quantitativos de avaliação (relação alunos/professor, número de páginas publicadas, quantidade de livros adquiridos, área construída/ano etc.) distorcem as conclusões, na medida em que não levam em conta considerações de outra ordem, que dizem mais sobre o nível do ensino ministrado e sobre a relevância da pesquisa desenvolvida - qualificação do corpo docente, atualização do acervo das bibliotecas, áreas de especialização contempladas, adequação dos conteúdos programáticos à realidade, linhas prioritárias de investigação, contribuições inéditas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, grau de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e assim por diante.

Referindo-se ao conceito de trabalho produtivo, sob o capitalismo, e ao fato de não interessar ao capital a natureza em si (material ou imaterial) da produção mas, essencialmente, a criação de mais-valia, MARX afirma: "Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação". (O Capital. 12.ed.Rio de Janeiro, DIFEL, 1988. 1.1, cap. XIV, p. 584).

Talvez seja esse o maior dilema que

a universidade, sobretudo a pública, vive na atualidade: ou ser produtiva (no sentido referido por MARX), submetendo-se aos interesses do capital, ou experimentar rápido processo de sucateamento e de desmonte, na medida em que o projeto neoliberal, que serve de inspiração às elites governantes deste país, é avesso a um modelo de universidade autônoma, que resista a pressões alheias.

Perguntar-se a serviço de quem está e/ou deveria estar o desenvolvimento da ciência (e a instituição que a acolhe) ajuda a entender um dilema (ou, quem sabe, uma crise de identidade) que hoje vive o professor universitário, tradicionalmente identificado como membro de uma elite, um privilegiado, porque tem domínio do processo de conhecimento, porque ganha(va!) bem e porque circula(va!) muito próximo ao poder. Atualmente, o trabalhador-professor está sendo progressivamente submetido à condição de mero produtor assalariado de mercadorias não corpóreas (imateriais), diferente, portanto, sob este aspecto pelo menos, dos operários das fábricas de salsichas. Essa sua nova condição talvez o ajude a compreender as mudanças pelas quais passou a atividade do intelectual e a própria universidade, ao longo do tempo, e as transformações que ainda estão por vir, neste mundo dominado pela lógica da acumulação do capital.

* Economista, professora da Fac. Ciências Econômicas/UFRGS.

ENSINO

PÓS-GRADUAÇÃO NA UFRGS

A GRANDE CLAN DES TINA

Eva Machado Barbosa

*Socióloga, professora do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS*



Foto: Paulino Menezes

Essa contribuição tem como objetivo tecer alguns comentários que ajudem a refletir sobre a situação da pós-graduação em nossa Universidade. O momento é propício para a discussão, uma vez que iremos enfrentar um processo de mudança de estatutos - oportunidade que, se bem aproveitada, poderá ter bons resultados, especialmente no que se refere à melhoria da articulação entre o ensino e a pesquisa em nível de graduação e de pós-graduação. É com a intenção de trazer alguns subsídios para essa discussão, sem nenhuma pretensão de análise sistemática ou de esgotar o tema, que abordaremos a seguir, a partir da perspectiva docente, alguns aspectos que nos parecem relevantes.

A "clandestinidade" como forma do possível

Inúmeras vezes tenho ouvido de pessoas que acompanharam a implantação da pós-graduação na nossa Universidade que a decisão de não vincular os cursos de pós-graduação aos Departamentos teve por objetivo evitar sua subordinação à burocracia pesada e tortuosa que os caracteriza. Deste modo garantia-se maior agilidade e flexibilidade de atuação à pós-graduação, condições indispensáveis para seu desenvolvimento. Segundo esta opinião, dever-se-ia justamente a esta forma de inserção no conjunto da Universidade o fato de a pós-graduação ter chegado aonde chegou.

De fato, em nenhum momento o Estatuto da UFRGS ou o Regimento Geral, ora em vigência, explicitam o "lugar" ocupado pela pós-graduação, na estrutura administrativa e decisória da Universidade, sendo as únicas menções aí feitas as que dizem respeito às atividades de pós-graduação como pertinentes aos Institutos Centrais (art. 15 do Estatuto), à Câmara Especial (V Câmara) do COCEP (art. 56 do Regimento Geral) e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 73 do Regimento Geral).

Na prática esta indefinição levou a diferentes modelos: alguns cursos de pós-graduação estão vinculados diretamente à Reitoria; outros, à direção das Unidades a que pertencem; e há alguns que mantêm íntima relação com o Departamento de origem, sendo o chefe do Departamento simultaneamente o presidente do Conselho de professores do programa de pós-graduação.

Se as vantagens iniciais dessa indefinição foram grandes, permitindo que os cursos de pós-graduação praticassem políticas próprias de captação de recursos humanos, financeiros e materiais que os transformaram na maioria das vezes em verdadeiros "primos ricos" frente aos Departamentos, com o passar do tempo essa "clandestinidade" começa a se tornar, a nosso ver, contrapro-

ducente. Especialmente no que diz respeito ao controle de qualidade que o aumento no grau de complexidade deste "universo paralelo" passa a exigir - tanto das atividades de ensino e pesquisa *strictu sensu*, como do conjunto mais amplo de decisões que elas envolvem.

Gostaríamos de discutir essa questão com base em dois exemplos: o das dificuldades de articulação entre as atividades de graduação e de pós-graduação e o das questões da democracia e da disciplina interna aos cursos de pós-graduação.

Graduação e pós-graduação: como articulá-las?

A articulação entre as atividades de graduação e de pós-graduação tem-se dado até hoje de forma mais ou menos casuística, na "prática". Que professores atuam nos

Arranjos variáveis tornam o ensino arbitrário. Por vezes beira o irracionalismo

dois níveis, como são distribuídos os encargos docentes para esses professores, o que é prioritário e em que nível, etc., todas essas são decisões que, na falta de regras específicas para a pós-graduação, acabam sendo tomadas em arranjos variáveis, de caso para caso, às vezes de forma completamente arbitrária e até mesmo irracional.

Onde o conjunto de professores é homogêneo do ponto de vista de sua qualificação, ou em Unidades com projetos acadêmicos claros e forte "espírito de corps", esse modo de funcionamento pode não ocasionar maiores dificuldades; mas em Unidades onde essas condições não existem, a articulação entre graduação e pós-graduação torna-se problemática.

A inexistência de critérios que regulamentem a atuação docente nos dois níveis tem levado, por exemplo, a que professores com doutorado não sejam "convidados" a participar do ensino pós-graduado, enquanto este continua a ser ministrado por professores não qualificados para tal do ponto de vista de sua titulação. Pode ocorrer, por ou-

tro lado, que, entre professores com o mesmo nível de qualificação formal, alguns monopolizem o direito de atuação na pós-graduação, enquanto outros fiquem restritos à graduação, sem que haja qualquer critério de racionalidade a explicar tal situação. Em outros casos ainda deixa-se, às vezes, de oferecer um seminário altamente especializado e pertinente num curso de pós-graduação porque o professor que o ministraria, precisando atender também seus encargos na graduação, é designado para lecionar uma disciplina de caráter meramente secundário em algum outro curso ou Departamento.

Em todos esses casos, as decisões acerca de prioridades no oferecimento de disciplinas e na utilização de docentes, através das quais se dá na prática a articulação entre a graduação e a pós-graduação, são tomadas ad hoc, muitas vezes até em função de disputas pessoais, sem que um mínimo de racionalidade esteja garantido por qualquer instrução normativa a esse respeito.

Para sanar deficiências como as que mencionamos acima e permitir o emprego mais eficaz dos recursos humanos e materiais de que a Universidade dispõe, torna-se imprescindível, a nosso ver, que o status da pós-graduação no conjunto das atividades docentes e de pesquisa seja claramente definido. A questão de quem decide o quê, como e por que na relação entre a graduação e a pós-graduação precisa, portanto, ser explicitamente formulada e respondida. Não para valorizar um nível em detrimento do outro - como costumam contra-argumentar a esse respeito aqueles cuja familiaridade com o casuísmo faz temer qualquer iniciativa para delimitar claramente os direitos e deveres de cada um. Mas, ao contrário, como condição indispensável para articulá-los de forma harmônica, reduzindo o grau de arbitrariedade a que estão sujeitas as decisões que lhes dizem respeito.

Não estamos propondo aqui, como se vê, nenhum modelo de articulação, mas apenas chamando a atenção para a sua necessidade. Perpetuar as indefinições é, neste caso, deixar que decisões fundamentais para o desempenho da Universidade continuem sendo tomadas ao sabor do acaso, desligadas de qualquer projeto de Universidade. E essa, como se sabe, é a melhor maneira de não chegarmos a lugar nenhum nos dois níveis de atuação.

Pós-graduação, disciplina e democracia

A pós-graduação na UFRGS foi regulamentada por dois instrumentos legais: a) a portaria nº 1408 de 6/11/71, assinada pelo então reitor, Prof. Eduardo Faraco; e b) a Resolução nº 5 de 10/3/83, do Conselho Federal de Educação. Esses documentos, embora estipulem o formato mínimo para

o funcionamento da pós-graduação, são omissos a respeito de uma série de aspectos importantes. Entre esses, por exemplo, os que se referem à configuração do corpo docente.

Segundo que critérios um professor entra para o corpo docente de um curso de pós-graduação e sai dele, se for o caso? O que caracteriza e/ou diferencia as diferentes categorias de professores atuantes nela? Quais são as responsabilidades dos professores do corpo permanente e como diferenciá-los dos colaboradores, dos visitantes, etc.? Os professores orientadores, credenciados pela V Câmara, o foram por um determinado período ou **ad infinitum**? Todas essas são questões cheias de implicações.

Quem nos garante que o corpo docente declarado nos prospectos dos cursos é, de fato, o corpo docente atuante no programa? Como detectar aqueles casos nos quais o nome de um professor é usado meramente para “enfeitar” o currículo do curso? Como se sabe se um professor credenciado como orientador há muitos anos ainda hoje está atuante e em condições de sê-lo?

As questões acima colocam-se igualmente no caso específico das Comissões Coordenadoras. Como saber se uma Comissão funciona de modo efetivo ou não; isto é, no sentido de ser realmente a instância-suporte das decisões e não uma mera fachada formal, atrás da qual há um Coordenador tomando decisões **ad referendum**, sem a participação dos demais membros da Comissão?

Ao que tudo indica, os cursos com melhor desempenho encontraram respostas mais ou menos satisfatórias para essas questões, as quais tendem a estar registradas em regimentos detalhados, com normas de procedimento claras e explícitas. No entanto, em nem todos os casos é assim, já que os regimentos internos dos programas de pós-graduações variam muito, sem nenhuma norma comum que os padronize. Enquanto alguns regimentos prevêem que só professores com doutorado podem compor o corpo docente, em outros encontramos ainda um expressivo número de professores apenas com mestrado, ou casos de professores que nem este título apresentam. No caso do Mestrado em Ciência Política, por exemplo, chega-se ao extremo de um regimento onde não há nenhum título ou seção referente ao corpo docente, embora haja um referente à representação discente.

Embora seja compreensível que cada programa tenha a sua história e que muitas das diferenças aqui mencionadas decorram dos distintos pontos de partida que caracterizam os vários programas não há como justificar que tais condições perdurem em cursos implantados há dez anos ou mais, por exemplo. A não ser pelo interesse, majoritário no caso de certos corpos docentes, em preservar-se por inércia. Interesse que é per-

feitamente passível de detectar em regimentos intencionalmente “vazios”, repletos de não-definições e outras lacunas, cuja função é preservar o casuísmo - e seu correlato, a arbitrariedade - como única regra válida para a tomada de decisões.

Ora, em programas que funcionam da maneira acima apontada nada garante que o conjunto do corpo docente tenha acesso a informações e muito menos à possibilidade de participar da tomada de decisões que afetam os destinos do programa, sucedendo-se, à ausência de democracia e disciplina internas, o desinteresse coletivo pelos resultados que venham ou não a ser alcançados. Desta forma previne-se o estabelecimento de um possível “*esprit de corps*” que sirva de impulso e suporte à implantação de um claro projeto acadêmico, interessado num bom desempenho do ensino e da pesquisa. Não é à toa que justamente tais pro-

Às vezes, o nome de um professor consta apenas para enfeitar o currículo do curso

gramas se caracterizem por baixíssima, ou muitas vezes nenhuma, produção de dissertações, avaliações decrescentes por parte da CAPES, perda de professores qualificados, etc.

Ao que tudo indica, uma política de pós-graduação que pretenda sanar tais dificuldades e melhorar seu desempenho conjunto na nossa Universidade não poderá prescindir de dois tipos de mecanismos:

1º) do estabelecimento de normas mínimas, padronizadas para todos os cursos, com o objetivo de garantir um certo patamar mínimo de desempenho para os programas;

2º) da definição de uma modalidade de controle sistemático e em intervalos regulares por parte de uma instância superior às Comissões Coordenadoras, com a função de disciplinar os programas, verificando se cumprem as exigências mínimas previamente estabelecidas.

A definição de requisitos mínimos com relação aos diversos aspectos relevantes do ensino pós-graduado - desde critérios que regulem a composição do corpo docente, o

credenciamento de orientadores, os direitos e deveres destes para com os orientandos, até à estipulação de títulos e assuntos que devem ser claramente fixados nos regimentos - teria o efeito de elevar os programas mais precários, exigindo-lhes, a partir de fora, um esforço para equiparar-se, pelo menos do ponto de vista formal, aos programas com melhor desempenho. A atuação de uma instância com funções de supervisão produziria, por sua vez, um certo “controle de qualidade”, garantindo que à igualdade formal correspondesse um desempenho qualitativamente semelhante entre eles. Ela poderia, além disso, constituir uma instância de recurso, na qual conflitos surgidos entre membros do corpo docente e a coordenação, ou até mesmo entre membro de uma mesma Comissão Coordenadora pudessem ser tratados de forma explícita e legítima, possibilidade que o tipo de relacionamento “frouxo” existente entre a V Câmara e os programas atualmente não oferece.

Em suma, a idéia básica por trás das questões até aqui discutidas é a de que regras claras e explícitas de desempenho e controle, estabelecidas de forma democrática pela comunidade acadêmica envolvida, são indispensáveis para melhorar a situação do ensino e da pesquisa em nossa Universidade, tanto em nível de graduação como de pós-graduação. Se a indefinição e o caráter clandestino da pós-graduação foram formas necessárias para implantá-la há vinte anos atrás, perpetuá-las hoje é um equívoco que pode ter graves consequências.

A situação de clandestinidade, se não impede que tenhamos programas com bom desempenho, favorece em outros casos o casuísmo e o arbítrio, colocando os destinos da pós-graduação nas mãos de um poder invisível. Este poder, embora operando mais de forma “negativa”, isto é, através da ausência de iniciativas, de projetos comuns e de debates, através de “non-decisions” e imobilismo, não é nem por isso, menos forte ou exitoso. Ele é a força reprodutora do status quo, cujos resultados estão claramente expostos em alguns dos exemplos de que nos servimos aqui.

Estabelecer **quem** está autorizado a tomar decisões coletivas e com **quais procedimentos**, de modo a garantir a transparência do poder, não são, portanto, elementos de uma definição mínima de democracia* apenas para a sociedade mais ampla. Este tema é da mesma maneira importante e atual aqui dentro da nossa Universidade e a questão do status “clandestino” da pós-graduação e da melhoria de seu desempenho está intimamente associada a ele.

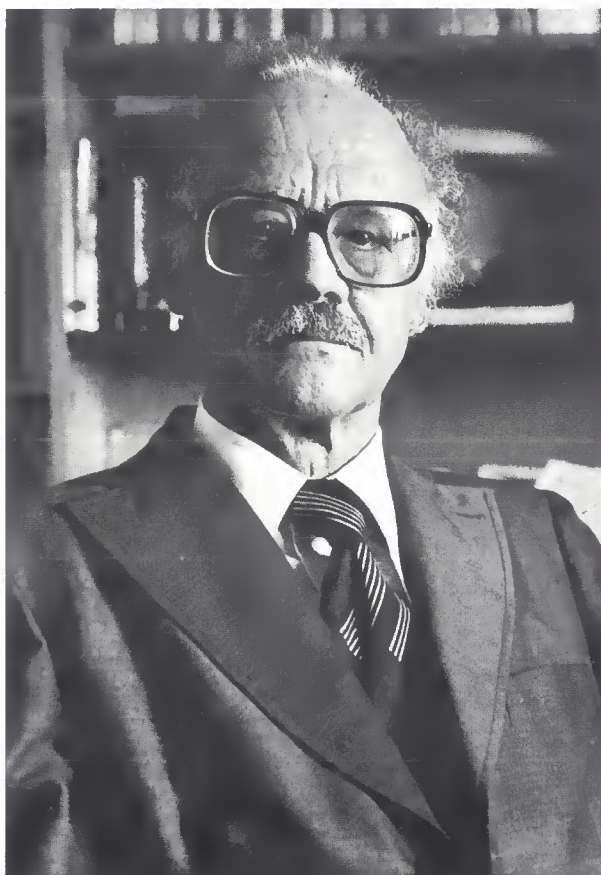
* Cfe. BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Valentin Emílio Uberti Costa *

As vezes eu fico pensando: como é bom a gente ter conhecido certas pessoas !! A vida da gente, sem dúvida, é trilhada através de marcantes referenciais que surgem aparentemente de forma fortuita mas, na verdade, são almejados e procurados e, definitivamente, espelham uma personalidade a qual nós mesmos gostaríamos de ter. O indivíduo é forjado pelo dia-a-dia da vida, mas é lapidado somente por outros indivíduos, que tenham certos parâmetros rígidos, justos e definitivos. Felizmente eu fui, também, lapidado por este indivíduo marxista, meu amigo Prof. Ohlweiler.

Lembro-me, quando ainda era estudante de química, ao passar no velho Instituto, no sábado e, mesmo aos domingos, via o Prof. Ohlweiler, sozinho, subindo as escadarias, auxiliado com sua inseparável e companheira bengala, para realizar seus trabalhos de pesquisa. Pensava: que bom, a Química tem um grande cientista, um grande pesquisador, um grande professor, um excelente

Foto de Jorge B.B. Meditsch



OTTO

OHLWEILER

SINÔNIMO DE LIBERDADE

referencial. Vários professores trabalhavam sob sua orientação, trabalhos científicos eram produzidos e livros de química eram publicados. Era, realmente, uma das exceções !!

Sai para realizar meus cursos de pós-graduação e quando vinha a Porto Alegre procurava saber e ouvir os pensamentos do Prof. Ohlweiler. Cada vez mais, eu tinha certeza da minha identificação com suas idéias. Que sujeito impressionante ! Em pleno regime de exceção, com suas opiniões claramente comunistas, mantendo-se retilíneo em suas idéias, continuava sendo professor de química, concluía-se que isso certamente era pela sua exclusiva e elevada competência científica, reconhecida internacionalmente.

Quando retornei a Porto Alegre, então, é que pude ter a satisfação de conhecer o verdadeiro Prof. Ohlweiler. Franco e honesto, dizia o que pensava cara a cara, sem medo de magoar, procurando sempre o entendimento, o esclarecimento das idéias, com a certeza de que era a única forma de coexistência pacífica e real dos indivíduos de viverem em paz, dentro de uma sociedade justa e construtiva.

A RECUSA DO PROFESSOR

Aqui se conta uma pequena história sobre o pleno exercício das convicções de um homem. Por causa dessas convicções, em 1964, o professor Otto foi julgado pela UFRGS, junto com outros colegas do corpo docente. Dezenove anos depois, em 1983, achou que não havia motivo para aceitar um título de Professor Emérito, que lhe estava sendo concedido pela mesma universidade. Reproduzimos alguns trechos da sua memorável carta de recusa, dirigida ao Conselho Universitário:

“Os professores atingidos pela repressão política foram acusados da prática de subversão da ordem, numa singularíssima situação em que aqueles que, de fato, haviam subvertido a ordem constituída assumiam o papel de acusadores, e os que a haviam defendido apareciam como acusados de subversão.”

“Devo, entretanto, fazer alguns reparos àquela parte do parecer (de proposição do título de professor emérito) que procura relacionar, equivocadamente, o fato de eu não ter sido demitido da função de professor universitário pelo processo repressivo em 1964 a que eu não me teria valido da cátedra para fins de ‘proselitismo político’.”

“Insisto no ponto de vista de que é preciso reconhecer que todos nós, os professores da UFRGS, na época levados ante à Comissão de Investigação, o fomos única e exclusivamente em virtude de nossas convicções políticas e de nossa oposição ao regime imposto pelo golpe militar. Em segundo lugar, a afirmação em apreço envolve uma formulação que, sobre expressar uma opinião equivocada como mostrei, ainda tem o vício de implicitamente justificar a penalização dos professores que foram expulsos arbitrariamente da Universidade.”

“No início da década de 70, o escritor Érico Veríssimo recusou o título de Doutor Honoris Causa, por entender que a nossa Universidade era então uma instituição ocupada. Hoje, certamente, não é esta exatamente a situação na Universidade, quanto mais não seja pela razão que é toda a sociedade civil que frontalmente repele o autoritarismo castrense e vigorosamente exige o alargamento das liberdades democráticas. Mas, também não é menos certo que até aqui não foi esboçada nenhuma avaliação autocrítica em relação ao processo de repressão desencadeado na Universidade nos anos 60. A Igreja ‘reabilitou’ Galileu transcorridos aproximadamente 350 anos desde sua condenação, mas sem dúvida teve a grandeza moral de reconhecer o seu erro.”

“...a análise dos acontecimentos que marcarão tão negativamente a vida da Universidade com a implantação do regime militar no País, é uma necessidade impostergável para a conservação da memória histórica da instituição; é também um imperativo para a afirmação de uma maior autonomia da Universidade, autonomia essa indispensável para que aquela possa contribuir com uma produção cultural autêntica e, ao mesmo tempo, converter-se em um foro respeitável para o debate dos grandes problemas contemporâneos.”

Talvez, fruto da primeira greve histórica dos professores universitários, cheguei a Diretor do Instituto de Química. Imediatamente, um dos meus primeiros pensamentos, com a nossa transferência para o Campus do Vale, foi o de convidar o Prof. Ohlweiler, já aposentado, a continuar suas atividades de pesquisador no novo Instituto. Consegui convencê-lo, mostrando-lhe seu papel social dentro da química, pois era o marco, a referência, que nós, na época, um grupo de jovens professores, queríamos atingir para o nosso Instituto de Química. O pesquisador e professor dedicado, mas sobretudo um indivíduo zeloso pela justiça social e pelo compromisso do saber como um instrumento para a melhoria de vida de toda a sociedade e não como um privilégio de poucos. Felizmente aceitou. Como foi bom ter convivido com ele naquele período! Muitas vezes, quando me sentia preocupado em tomar certas decisões, procurava sua opinião e, dialeticamente, quase sempre chegávamos a um denominador comum.

Certamente, a evolução do Instituto de Química deve muito ao Prof. Ohlweiler. É necessário salientar, porém,

que não foi apenas pelas suas contribuições científicas, mas para mim, foi, fundamentalmente, pelos seus pensamentos dentro do contexto da justiça.

Por tudo isso, então, o Instituto de Química, resolveu prestar uma homenagem a este Ilustre Professor, propondo ao Conselho Universitário a outorga de Título de Professor Emérito desta Universidade.

E, finalmente, para surpresa de muitos e não mais minha, pois já o conhecia tão bem, optou pelo adiamento sine die dessa outorga. A razão para esta decisão histórica está claramente descrita em sua carta de março de 1984 ao Reitor da Universidade que, lamentavelmente, na época, negou-lhe a sua publicação, no Jornal da Universidade.

Na essência, entretanto, a razão para essa atitude é que o Prof. Otto Alcides Ohlweiler era e felizmente continuará sendo o real exemplo do Indivíduo Marxista que sempre lutou pela liberdade de pensamento, pelos direitos democráticos e pela justiça social.

Obrigado, meu amigo, pelos seus ensinamentos !

** Químico, professor do Instituto de Química/UFRGS*



El dia en que me quieras

Raul Dorfman *

Naquele dia, como já se havia tornado hábito, acordou pensando nela. Depois de ingerir aquilo que apelidara “café-da-manhã, vacilou no que vestir como uniforme para marcar sua adesão ao movimento grevista. Ainda indeciso (era sua marca registrada), vestiu uma discreta calça floreada vermelha e uma blusa roxa, listrada na diagonal e saiu.

Nas ruas, cães dormiam à sombra de carcaças carcomidas “daquelas carroças” abandonadas por falta de combustível, pneus, acessórios, etc, etc, etc. Por entre macegas e sacos de lixo não recolhidos há muito tempo, ratazanas corriam atrás de gatos famintos, que fugiam miando desesperadamente. Sorriu para aquele quadro familiar e pensou como ela tinha sido desejada e disputada tanto pelos filhos da plebe quanto das elites. Entre cássias, cinamomos e mamonas verde-oliva conseguiu divisar um grupo de colegas que, multicolor-

rida visão, gesticulavam agitadamente.

Entrou num vetusto prédio quase centenário e dirigiu-se ao local da Assembléia Geral Permanente. Uma luz no final do túnel, uma voz do além, a psicografia da dor, cores explodindo nas votações. A continuidade do movimento soa-lhe como luxúria, a lasciva ação das massas agitadas e coisa e tal. El dia en que me quieras, no habra más que harmonias, pensou e sacudiu a poeira das divagações tentando voltar à concretude do cotidiano. Como te amei e me decepcionei nos meus sonhos irreais, ideio-surrealista. Então os homens não são desiguais pela própria natureza?

“Devemos todos nos unir e lutar contra esta ditadura que está roubando nossos salários, acabando com nossa dignidade, sonhando as verbas. Eu tive que...” Alguém na cadeira ao lado cutucou-o e disse que não podia puxar um fumo na sala de reuniões. Ah é, retrucou, ainda devaneando e levantou a mão para apoiar uma proposta. O presidente da mesa deu-lhe a palavra. “Mas eu não pedi a palavra”, ele disse. Pra que levantou a mão? “Ué, pensei que estavam votando...” Como se adiantasse votar naquela paróquia. Leis não foram votadas? E daí? A Constituição não havia sido votada? E daí? Não haviam eleito um Presidente e agora não tinham um Ditador?

Folheou desinteressado o último boletim, levantou e saiu para fumar enquanto apartes, moções, palavras de ordem, avaliações, análises de conjuntura e intervenções do tipo “olha-como-eu-sou-brilhante” iam rolando, indiferentes à sorte daquele ex-guardador de carros, que agora jazia estatelado, bêbado em primeiro grau, no passeio (?) público.

Quanto vale a palavra de um professor? Que importa sua palavra? Quem se importa com ela? E com “ela”, como ele ainda se importava. Ele já estava a ponto de acreditar que aquela lembrança não passava de uma mera fantasia. Na verdade, ela jamais teria existido como ele a imaginava. Uma espécie de sonho que de tão sonhado de repente começa a parecer real. Freud explicou, Lacan retocou, Foucault inovou e Chiarelli debochou.

No extenso corredor de pintura desbotada, baratas nos cantos disputando com outros insetos e com a sujeira

dos anos, topa com um antigo colega, cuja aparência mimetizava o corredor, de tão desleixado e sujo se encontrava. Sequelas da profissão, teoriza mentalmente. Trocam palavras frias, meras amabilidades - e o que havia para ser amável, a não ser o fato de ambos estarem naquela canoa furada que não afundava porque eles viviam tapando os buracos como dava - e assim como veio, se foi, sem um alô, nem um adeus.

Uma questão transcendental lhe assalta: a educação é uma mercadoria ou um dever do Estado, como dizia um velho texto chamado Declaração Universal dos Direitos Humanos? Neoliberal, velho libertino ou Libertad Lamarque? (Aplausos no auditório - o que teriam votado?) Lá fora o gigante, deitado eternamente, onde já se sabe, ao som de uma parafernália medonha. Sem-tetos, sem-terras, sem-comidas, sem-saúdes e sem-educações desfiliavam na Avenida Brasil, numa parada

“... nas galerias
e camarotes,
empoadas
senhoras
e roliços
iluminados
bocejavam
entediados...”

interminável enquanto nas galerias e camarotes, empoadas senhoras e roliços iluminados bocejavam entediados y los miraban pasar. Povo não tem jeito mesmo.

A número um, e não se fala mais nisto, é a safadeza nacional, sentenciou. E ela ali, abandonada, leiloadada como uma vaca velha. Quem dá menos? Quem avacalha mais? Todos aqueles que a desejaram ou aqueles que estiveram dentro de seu ventre um dia, hoje são seus filhos e seus pais, seus amigos e seus inimigos. A ele parecia difícil, senão impossível, distingui-los. Recordações caóticas vieram a sua cabeça, ainda mais tumultuadas pelo vácuo de colegas agitados, nervosos e cansados. Como ele. Um dirigente profissional reluziu somewhere numa megavideotela japonesa importada, vociferando que o que ele dirigia era composto de professores que fingiam que ensinavam para alunos que fingiam que aprendiam... Belos dirigentes que fingem que dirigem.

Nesta altura do campeonato das vacilações e dos pensamentos transcendentais, un rayo misterioso hizo nido en su pecho: Maria Alice, que não tinha nada que ver com a história até aquele momento, incorporou o Dr. Marx. Parou na sua frente e lhe disse, com aquela familiar cara braba: Cara, “das gehört uns” (ou seja, isto aqui é nosso, no plural e no coletivo). Pra facilitar a compreensão, continuou sua prelação na inculta e bela, a última flor do lácio. “Apesar dos apesares e dos porta-vozes, deixa de ser borrado e vá lá pra dentro lutar pela continuidade do movimento e por ela, mesmo que te achem um chato, um inconveniente ou um inimigo da modernização pela privatização. Chato é o Castoríadis com suas teses habaneras e reunião de Departamento. E os discursos de Sua Excelência, o Belo”.

Um farfalhar de brins e tilintar de pulseiras e colares trouxe-o de volta à terra: a Assembléia havia sido encerrada. Enquanto ele se debatia em dúvidas e questionamentos esotéricos, a massa havia decidido pela continuidade da luta.

Moral da história: Quem sabe faz a hora, não espera pelos espíritos do além.

*Engenheiro agrônomo, professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH)/UFRGS

SANTÍAGO (& cômico)



ADVERSO - Revista da
Associação dos Docentes
da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul
Sede: Av. João Pessoa, 409,
3º andar. Tel. (0512) 26.2719

Fax: 26.2719

Periodicidade: Trimestral

DIRETORIA:

Presidente: Sérgio
Nicolaiewsky

1ª Vice-presidente: Leda
Carmem Wulff Gobetti

2ª Vice-presidente: Joacir
Thadeu Nascimento
Medeiros

1ª Secretária: Ana Maria e
Souza Braga

2ª Secretária: Maria Adélia
Pinhal de Carlos

1º Tesoureiro: Tiago J.
Martins Simões

2º Tesoureiro: Ronaldo
Bordin

1º Suplente: Fernando
Molinos Pires Filho

2º Suplente: Mário Generosi
Brauner

CONSELHO EDITORIAL
Joacir Thadeu Nascimento
Medeiros

Maria Assunta Campilongo

Maria Helena Weber

Mário Sérgio Vaz Cabeda
Raul Dorfman

Redação e Edição: Humberto
Andreatta

Revisão: Leticia Pasqualini
e Gilse Helena Fortes

Projeto e Produção Gráfica:
Trama Comunicação e
Propaganda

Fotocomposição: Rede
Nacional de Midia

Colaboradoras: Raquel
Ritter Longhi, Débora
Lerrer, Ana Tais Martins
e Ilza do Canto

Capa: Foto de Paulino
Menezes, Fachada da
Faculdade de
Medicina/UFRGS



Vem chegando o verão
e aquela dor no coração.
O veraneio é cada vez mais breve,
são coisas da greve.

Essa noite eu quero te ver.
O seminário-4 é leve,
esta sala está pra derreter,
mas tua bermudinha me serve.

Depois da aula te encontro no bar,
numa mesa só com dois lugarzinhos!
Nos sentamos bebendo a comentar
os últimos adversinhos.

Pena que eu nunca notei
agora vejo, com esta bermuda
a greve me revelou, eu sei,
que perna peluda!

Todo esse tempo disfarçando
te achando fora de moda.
A intransigência do ministro,
no que acabou dando!

Este semestre atrasado,
este campus abafado,
cada pelinho oxigenado
me deixa mais siderado.

Parece coisa de cinema,
tu, pêlos anos setenta,
pernas, cabelos, tudo me tenta
contra o sistema.

Esta noite vou me rebelar,
no campus tem praia e mar.
Você vai ficar sem depilar
atrás da biblioteca eu vou surfar.

